



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
– PIBIC**

**A LEI DE COTAS E SEUS EGRESSOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE (2013-2018)**

Área do conhecimento:
Subárea do conhecimento:
Especialidade do conhecimento:

Relatório Final
Período da bolsa: 2019/2020 (01/08/2019 a 27/07/2020)

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica
PIBIC/ COPES

Orientador (a): Fernanda Esperidião

Autor (a): Daniele Pereira Silva



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1980 e 1990 é um reflexo de expressiva mudança no mercado de trabalho no Brasil, que marca profundamente a situação que até hoje se tenta melhorar. Foram décadas de aumento de desemprego em massa, piorando quando analisado a situação dos não brancos no país, porém extremamente marcadas por um contexto de debate como forma de mobilização sobre a questão da existência ou não da discriminação racial no país em relação a diversos setores econômicos e sociais, buscando, portanto, um entendimento maior sobre a questão colocada para poder situar o debate em evidência nessas décadas, chamado de debates sobre a democracia racial, que ainda se colocava como um paradigma a ser questionado, e, também, questões sobre o reconhecimento das desigualdades raciais e a reflexão sobre suas causas. (THEODORO, 2005)

A questão muda um pouco de cenário a partir dos anos 2000 que, revelaram-se mais promissores ao País, devido a uma consequente melhora do mercado de trabalho, como consequência da à ampliação das oportunidades de trabalho, em especial do assalariamento com carteira de trabalho assinada, que repercutiu no declínio do desemprego, mapeando-se uma retomada da estruturação do mercado de trabalho, diminuindo assim, a constância do processo de precarização anteriormente muito presente. Esse desempenho positivo é resultado da conjunção de vários fatores: desvalorização cambial de 1999; taxas de crescimento econômicas mais elevadas e expansão das exportações, em uma conjuntura internacional favorável; maior oferta de crédito e redução nos juros; e aumentos reais nos rendimentos do trabalho, principalmente a partir de 2005, e no salário mínimo, ampliando as possibilidades de consumo das famílias (Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Freire, 2006).

O foco dessa análise com o recorte dos anos 90 está relacionado ao fato de grandes debates em relação à pauta racial, e por esse motivo se compreende melhor sobre o mercado de trabalho para os negros e, consequentemente, sobre a situação dos egressos cotistas, dentro do contexto de pautas de reparação social. Diante disso, nessa década, observa-se que os termos do debate se transformaram e passou a ser reconhecida a injustificável desigualdade racial que, marca a trajetória dos grupos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

negros e brancos bem como sua estabilidade ao correr do tempo, ao longo do século, fomentando a discussão que passa progressivamente a se concentrar nas iniciativas necessárias, em termos da ação pública, para o seu enfrentamento e possíveis mudanças. (THEODORO, 2005)

Faz-se de importante relevância a compreensão de como se desenvolve o trabalho no Brasil, com um destaque maior para os negros, para um melhor entendimento de bases históricas como pilar essencial para a situação vivida atualmente no mercado de trabalho. A partir de um apanhado histórico sobre a questão racial e sua influência na formação do trabalho brasileiro, ao longo do tempo, se verifica que a existência da precariedade, da informalidade, do subemprego atual se desenvolve a partir das raízes da forma de como se moldou o mercado de trabalho diante do período da transição do escravismo para o trabalho livre, situando os acontecimentos do século XIX como fatores que contribuíram definitivamente para a conformação da sociedade brasileira de forma heterogênea e complexa. Destacamos: a elevação do país à condição de sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o resultante processo de crescimento urbano, a evolução da atividade econômica e da ocupação na área rural, a transição para o trabalho livre, a imigração. (THEODORO, 2005)

O tempo passou, ocorreu a abolição da escravidão, porém a modernidade não tirou os descendentes afro-brasileiros da situação de trabalho de subsistência.

“Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Em oposição ao que afirmaram as teorias sobre modernização, a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para diminuir de maneira significativa a distância existente entre os grupos raciais presentes na população” (Hasenbalg, 1996:15).

O progresso dos negros brasileiros na conquista de profissões com alto prestígio social tem sido baixíssimo, bem como no setor empreendedor, estabelecimento dos seus próprios negócios e obtenção de cargos de poder, por exemplo, ocupação de posição de poder político.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Os dados mostram que ainda estão, em sua grande maioria, concentrados em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal, destacando que uma minoria com qualificação escolar superior sofre de forma bem similar, devido ao preconceito racial e situação drástica em que se encontra o mercado de trabalho para os negros. As desvantagens acumuladas através da história brasileira tornaram o sucesso difícil para a população afro-brasileira (Lima, 1999).

Feito e compreendido o apanhado social histórico, pode-se concentrar os estudos a partir da apresentação de um mapeamento das condições de vida da população brasileira nos anos 90, privilegiando o recorte racial de forma a servir como mais uma contribuição ao diagnóstico das desigualdades raciais no Brasil, para melhor desenvolvimento dos dados e compreensão atual do mercado de trabalho. No contexto da desigualdade econômica e da pobreza no Brasil, é que a análise sobre a desigualdade racial será estabelecida, nesse primeiro momento, para que assim as análises dos egressos cotistas possam se colocar de modo a melhor trazer o entendimento dessa questão. Diante disso, destacasse também a naturalização da desigualdade engendrada no seio da sociedade civil, refletida em racismos e preconceito social, questão muito forte e prejudicial aos egressos cotistas. O meio para se combater a desigualdade racial se sustenta com resistências teóricas, ideológicas e políticas, sendo a prioridade das políticas públicas, no qual a desconstrução dessa naturalização é o eixo estratégico para redefinir os parâmetros sociais na busca de uma sociedade mais justa e democrática. (HENRIQUES, 2001)

Diante do apresentado, o marco conceitual base para o nosso estudo entende, portanto, que a pobreza é um dos mais agudos problemas econômicos do país, mas a desigualdade — principal determinante da pobreza — é o maior problema estrutural do Brasil. (HENRIQUES, 2001)

Importante salientar, que todo esse apanhado histórico e mapeamento, é de extrema importância para que se possa ter uma melhor compreensão dos dados da relação mercado de trabalho e egressos cotistas. (HENRIQUES, 2001)

Para a maioria dos estudiosos, o acesso a educação é um dos principais fatores na relação com o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

consequentemente, um melhor rendimento, bem como também é visto como o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos, na visão de um grande contingente da população. A questão da situação do mercado de trabalho e da escolaridade para os negros se apresentam dentro de uma estrutura cíclica e marcada pela história de escravidão e da falsa ideia de democracia racial criada no país. Diante deste quadro, a análise das oportunidades educacionais de brancos e negro ganha ainda mais importância no Brasil, e, principalmente, sobre a relação entre este desempenho e a alocação dos dois grupos no mercado de trabalho. (HERINGER, 2002)

O padrão de desigualdade educacional entre negros e brancos encontra-se explicitada no trabalho realizado por Ricardo Henriques (2001:27), no qual ele demonstra que

“um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – e a mesma observada entre seus avós. (...) A escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros [2,3 anos em média], mantém-se absolutamente estável entre as gerações”.

A forma cíclica se configura na relação de dificuldades de renda por parte dos pais, por exemplo, para garantir um bom desenvolvimento educacional em termo de média de estudos, visto que o mesmo se encontra em sua maioria numa situação complicada no mercado de trabalho, pelos dados, e por sua vez, o preconceito e o racismo também vem atrapalhar a participação no mercado de trabalho por parte desse filho, caso consiga uma graduação, por exemplo. Nesse ciclo se encontra a maioria dos egressos cotistas. (BARROS, 2000)

2. OBJETIVOS

Pretende-se, com esta pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre a realidade da aplicação da Lei de Cotas na Universidade Federal de Sergipe e fornecer aos gestores da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Universidade informações importantes para que se atinja a realização plena dos objetivos desta Lei, que é a de promover a igualdade de acesso ao ensino superior de qualidade por parte de alunos pertencentes a estratos historicamente discriminados na sociedade e, com isso, garantir um acesso ao mercado de trabalho em condições também mais igualitárias e competitivas.

Alguns dos objetivos específicos são: (i) mapear e acompanhar a distribuição de egressos cotistas em seu desenvolvimento, bem como, anos de estudo, especializações, partições em projetos de pesquisas e atividades acadêmicas; (ii) acompanhar o desempenho no mercado de trabalho dos egressos cotistas, bem como, salário, setor empregado, jornada de trabalho; (iii) realizar uma pesquisa bibliométrica sobre a literatura encontrada sobre as condições dos negros no mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

Após a leitura detalhada sobre o processo histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro, foi realizada uma pesquisa com o intuito de encontrar na literatura nacional, livros ou publicações o recorte racial do mercado de trabalho e suas bases históricas, bem como o reflexo disso na atualidade, estudos das décadas de 90. Em seguida, utilizando uma metodologia de buscas por meio de palavras-chave, fez-se o uso de sites como, Periódicos Capes, Scopus, Web of Science, EconPapers e Google Acadêmico para realizar uma revisão bibliográfica capaz de captar as publicações mais relevantes que servirão como contribuição empírica para o decorrer projeto.

Para organizar e facilitar a análise de cada publicação encontrada elaborou-se um fichamento, captando informações como: Título da publicação; Nomes dos autores; Objetivos; Metodologia; Resultado, entre outros. A adoção dessa estratégia permite que seja feita uma seleção capaz de aproximar os artigos com possíveis maiores contribuições para o desenvolvimento do projeto, e, também, identificar as publicações paralelas, mas não menos importantes, que abrangem a temática do projeto de pesquisa.

Na segunda parte do projeto, foi realizado o envio de um questionário para os egressos cotistas (percepção da graduação e do mercado de trabalho), análise dos dados tabulados e as frequências a partir das respostas do questionário em tabelas Excel,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

disponibilizada em parceria com o professor Kleber Fernandes de Oliveira – COPAC (Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica), que participa do projeto.

Para a análise estatística foi destacado os dados da década de 90. As condições de trabalho foram avaliadas a partir de quatorze indicadores que podem ser sistematizados em duas dimensões: (a) tamanho do mercado de trabalho; e (b) distribuição setorial dos postos de trabalho. O tamanho do mercado de trabalho é avaliado por intermédio dos seguintes indicadores: (a) população em idade ativa (PIA); (b) população economicamente ativa (PEA); (c) população ocupada; (d) população desempregada; (e) taxa de participação (razão entre PEA e PIA) com recorte por gênero; e (f) taxa de desemprego (razão entre população desempregada e PEA) com recorte por gênero. A segunda dimensão do mercado de trabalho analisada, refere-se à distribuição setorial dos postos de trabalho. Tal distribuição nos permite captar a qualidade da composição do emprego a partir de dois pares de indicadores. O primeiro refere-se à posição na ocupação dos trabalhadores: (a) grau de informalidade, definido como a proporção de ocupados inseridos em atividades por conta-própria, empregados sem carteira, trabalhadores sem remuneração ou produzindo para autoconsumo; e (b) grau de assalariamento, definido como a proporção dos ocupados que são funcionários públicos (civil ou militar) e empregados com carteira. O segundo conjunto de indicadores refere-se à colocação dos trabalhadores em setores dinâmicos da economia: (c) grau de industrialização, isto é, proporção dos ocupados na indústria de transformação; e (d) grau de modernidade, ou proporção de trabalhadores engajados na indústria de transformação e nos serviços modernos (eletricidade, água, serviços financeiros). A partir daí, foram extraídas informações que indicam a diferença de participação no mercado de trabalho entre brancos e negros.

A partir de uma matriz, buscou-se fazer observações em relação às empresas e iniciativas de integração racial no Brasil e os impactos econômicos e sociais.

As estratégias de identificação são aqui entendidas como procedimentos metodológicos em séries temporais que os economistas desenvolveram para organizar em tabelas suas observações ao longo de um tempo contínuo (1992-1999), fazendo assim, análises de variações relativas percentuais ao longo do tempo, para depois



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

gerarem evidências convincentes sobre os efeitos de causalidade que pretendem investigar. Essas estratégias compreendem o controle por diferenças observáveis entre os grupos de comparação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira parte da pesquisa onde foram realizadas as pesquisas através dos periódicos, foram realizadas buscas em quatro sites, são eles: Periódicos Capes, Google Acadêmico, Web of Science e EconoPapers. Definiram-se palavras-chave como: egressos cotistas, cotas, cotas nas universidades, mercado de trabalho, entre outras. Dentre as publicações nacionais e internacionais encontradas, realizou-se uma seleção dos resultados com maior relevância para o projeto, ao final dessa seleção, foram fichadas publicações, dentre artigos, livros, e outros trabalhos acadêmicos que mais se aproximaram da temática da pesquisa.

Após a análise desses resultados percebeu-se que a maioria dos artigos referencia a relação de escolaridade, participação no mercado de trabalho, renda, e situação de vida entre brancos e não brancos, bem como também fazem a análise histórica e conjuntural para situar na atualidade esses setores e a partir de então desenvolver métodos de reparação histórica para as classes desfavorecidas.

A globalização, o multiculturalismo, e o movimento pela responsabilidade social empresarial nos anos 90, provocaram mudanças sobre como o mundo pensava e agia diante uma sociedade e um mercado cada vez mais diversos. No Brasil, diante das reivindicações do movimento negro atrelado aos desenvolvimentos nesse mercado diverso com a participação também do movimento sindical, impulsionam e colocam em evidência as pautas das questões de discriminação e diversidade raciais gerando um diálogo nacional em torno delas. Acompanhando esses desenvolvimentos e pautas, as instituições públicas, privadas e as do terceiro setor passam a assumir esse desafio de diminuir a discriminação racial e ao mesmo tempo procurar maneiras de abraçar a diversidade racial que caracteriza o país. As ações afirmativas na forma de cotas raciais em algumas universidades e alguns Ministérios fizeram com que as empresas acompanhassem essa discussão, e, a tomar medidas em resposta às cobranças da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

sociedade e/ou em função da disseminação de políticas e práticas dessa diversidade, que se apresenta nessa década com muita força, considerando também a economia nacional correlacionada com a economia mundial, com o destaque de que a matriz do debate racial tem suas origens localizadas em países estrangeiros. Busca-se então, analisar as atividades das empresas na área de promoção de diversidade com foco na população afro-brasileira e, por esse motivo, os dados estão focados na década de 90 (CARNEIRO, 2002)

Na segunda parte da pesquisa, se fez um resumo e análise as experiências de treze empresas brasileiras na promoção de diversidade racial, para explicitar um pouco, a dificuldade que muitas empresas têm em lidar com questões raciais. Foram ainda realizadas análises estatísticas e métodos econométricos de variação relativa, a partir dos dados tabulados coletados no questionário enviado aos egressos, fornecidos pela própria universidade e organizados pelo professor Kleber Fernandes Oliveira da Universidade Federal de Sergipe (COPAC). Os dados representam em sua maioria as informações acadêmicas dos alunos, como o número de matrículas, participação dos tipos de modalidades, situação de matrícula, desempenho e rendimento acadêmico, a média das notas, a situação acadêmica, o ano de ingresso, a carga horária completada, sobre especializações, jornada de trabalho, salários, setor que trabalha, entre outros. Foram realizadas algumas análises utilizando métodos estatísticos simples para representar em gráficos e dados tabelados algumas situações de comparação da participação do mercado de trabalho em diversas variáveis entre brancos e não brancos.

4.1 A RELAÇÃO DA RENDA ENTRE BRANCOS E NEGROS E A INJUSTIÇA SOCIAL.

Com relação ao conceito histórico conjuntural da desigualdade, em primeiro lugar, as análises se concentram na formação da pobreza do país na década de 90, destacando que a maioria dos considerados pobres são negros.

De acordo com as informações da PNAD, em 1999, a população brasileira vivia em famílias com renda inferior a considerada linha de indigência em um percentual de cerca 34%.

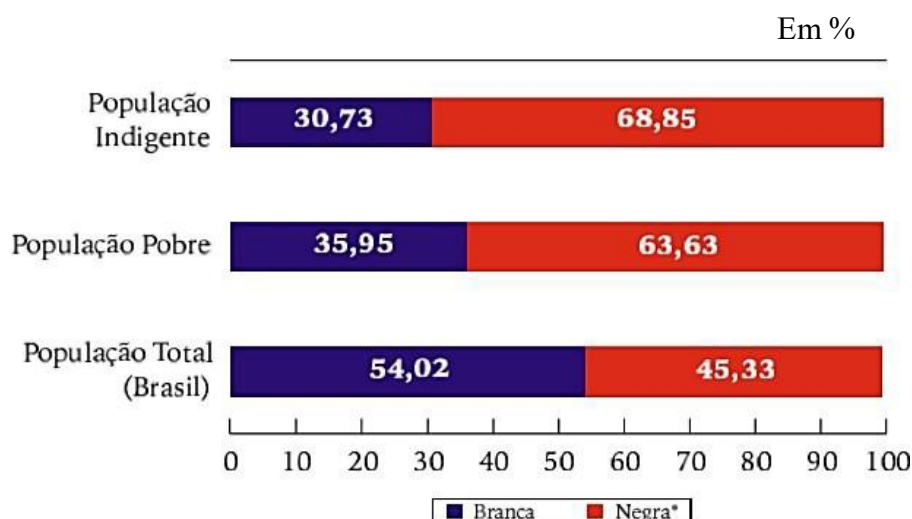


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

No quesito racial, se verifica no gráfico 1, que os negros em 1999 representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente, em contrapartida, os brancos representam 54% da população total, mas somente 36% dos pobres e 31% dos indigentes. Em milhões, dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos. Entre os 22 milhões de indigentes temos 6,8 milhões brancos, 13,6 milhões pardos e 1,5 milhão, pretos.

Gráfico 1.

**Distribuição da população total e das populações pobres e indígenas
segundo a cor – 1999**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e negros

Na tabela 1, constatamos que nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre, de acordo com a análise dos universos das populações totais de cada raça e se identificando a incidência da pobreza e da indigência em cada grupo racial. Essa constatação vem a partir das distribuições dos dados tabulados, nos quais, ao considerarmos somente a população branca, vemos que, em 1999, 22,6% dos brancos são pobres e 8,1% são indigentes. Ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

mesmo tempo, entre os pardos temos 48,4% de pobres e 22,3% de indigentes. Na população de cor preta esses valores são, respectivamente, 42,9% e 18,3%.

Tabela 1.

Incidência da Pobreza e Indigência: Brasil e Populações por Cor — 1999

Indicadores	Pobres			Indigentes		
	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhares)	Percentual de indigentes	Hiato médio da renda	Número de indigentes (em milhares)
<i>Brasil</i>	<i>34,0</i>	<i>15,2</i>	<i>54.450</i>	<i>14,3</i>	<i>5,9</i>	<i>22.997</i>
Cor						
Amarela	11,0	5,7	76	5,3	2,5	37
Branca	22,6	9,3	19.008	8,1	3,4	6.862
Indígena	56,0	25,8	140	22,3	9,2	56
Parda	48,4	22,7	30.041	22,3	9,2	13.841
Preta	42,9	19,2	3.597	18,3	7,3	1.533

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999

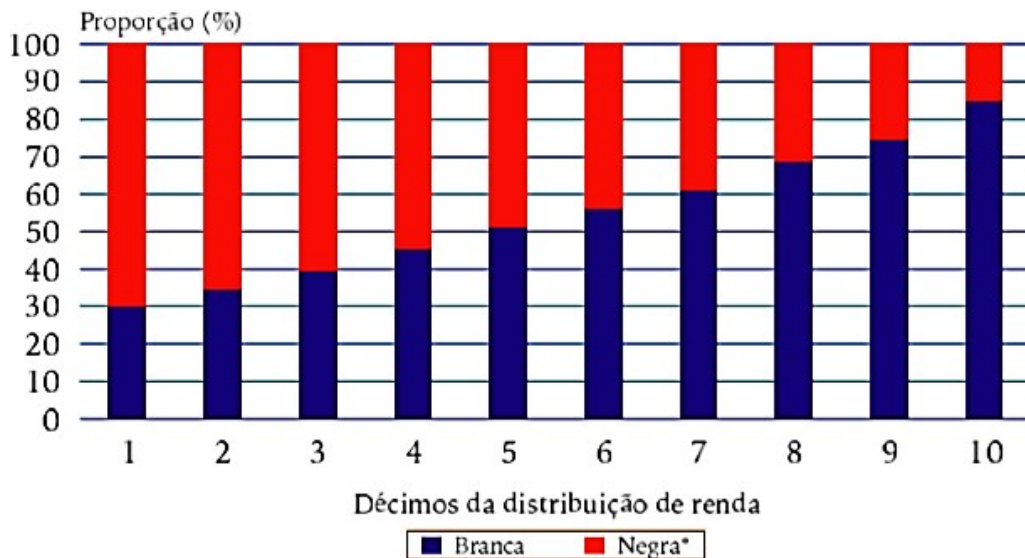
Os principais determinantes da pobreza no Brasil está relacionado, sobretudo, à desigualdade na distribuição de recursos e não à escassez dos mesmos. O país, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, com toda certeza, deve ser considerado um país extremamente injusto. A estrutura da distribuição de renda apresentada no gráfico 2, traduz um nítido “embranquecimento” da riqueza e do bem-estar do país. As observações feitas no gráfico traz um detalhamento em centésimos mostrando que a população negra concentra-se no segmento de menor renda per capita da distribuição de renda do país. A comunidade negra está mais representada proporcionalmente nos décimos inferiores da distribuição de renda, reduzindo-se a sua participação de forma contínua ao longo da distribuição. De acordo com os dados, os negros representam 70% dos 10% mais pobres da população, enquanto, entre o décimo mais rico da renda nacional, somente 15% da população é negra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Gráfico 2.

Distribuição da população por décimos de renda segundo a cor – Brasil: 1999



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e negros

Para um detalhamento maior, podemos analisar que considerando os centésimos da distribuição de renda brasileira, a cada dez pessoas na zona dos mais pobres, oito são negras, enquanto, em contrapartida, ao passo que se avança na distribuição da renda, existe uma mudança contínua na composição racial que se acelera na zona de maior nível de renda, na qual, as análises, evidenciam que a cada dez pessoas participantes do último centésimo da distribuição da renda, somente uma é negra. Uma disparidade extrema, que exemplifica bem o quanto o país é injusto e desigual.

4.2 NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE BRANCOS E NEGROS

A diferença entre as diversas questões voltadas a escolaridade, explica bem a desigualdade social e racial no país. O estudo sobre a desigualdade racial no interior do mercado de trabalho também atribui grande importância ao papel da educação para explicar tal desigualdade, de modo que os indicadores referentes aos níveis e qualidade da escolaridade, são estratégicos para a compreensão de um novo potencial cenário de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

redução da desigualdade social e racial, bem como também, a definição das bases necessárias para se obter o desenvolvimento sustentado do país.

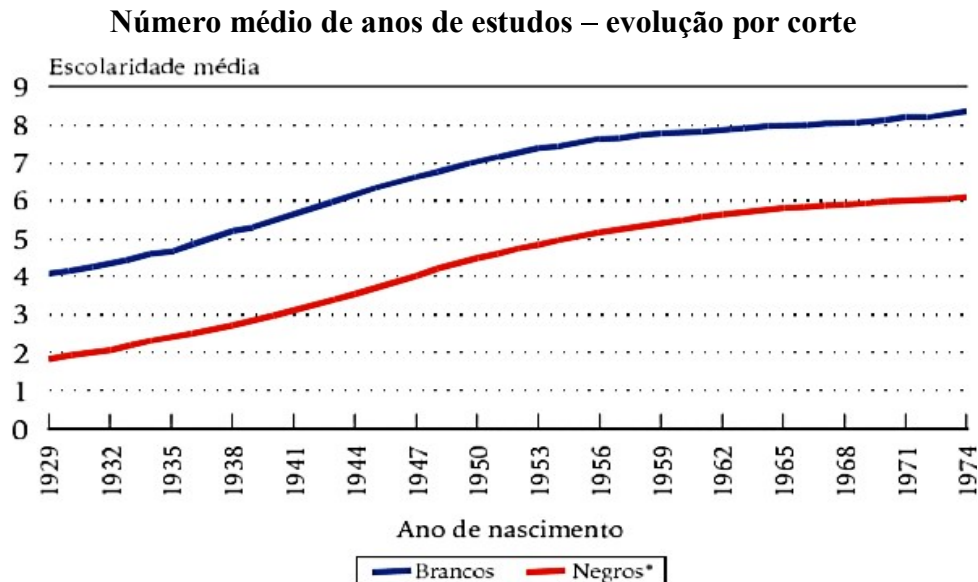
Os estudos mostram que a média de anos de estudo do jovem brasileiro é de 6 anos, o que é muito baixo considerando uma média de muitos dos demais países com economias semelhantes. A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade no Brasil é de aproximadamente 6,1 anos de estudo, enquanto um jovem branco com a mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial entre jovens negros e brancos com respeito a anos de estudo é de 2,3 anos de estudo, e daí, já se verifica a intensidade dessa discriminação racial, que é extremamente alta, visto que a diferença é de 2,3 anos em uma sociedade com média de escolaridade dos adultos em torno de 6 anos, o que se mantém constante dentro dos termos de construção da sociedade do país, em uma evolução histórica e inquietante durante todo o século XX, sendo observada uma tendência passada de geração para geração.

O gráfico 3 apresenta a escolaridade média dos adultos brancos e negros desde o ano de nascimento com uma série temporal de 1929-1974. Verifica-se no gráfico que a escolaridade média cresce ao longo do século para ambas as raças, mas o padrão de discriminação racial mantém uma estabilidade entre as gerações, verificada justamente pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros. As curvas descritas no gráfico parecem construídas com a intenção de mostrar um paralelismo, descrevendo bem a constância do padrão de discriminação racial observada na sociedade do período analisado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Gráfico 3.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1999.

Nota: *A população negra é composta por pardos e negros

No período de destaque da nossa análise (foco na década de 90), de 1992-1999, a tabela 2, explica em termos percentuais a variação relativa dos indicadores de escolaridades e as idades de participação desses indicadores para o Brasil, brancos e negros.

Verificasse que essa tabela apresenta uma melhoria contínua dos indicadores de escolaridade apresentados para jovens negros e brancos ao longo do período destacado para estudo (1992-1999). Uma análise geral feita para o Brasil destaca-se, sobretudo, a melhoria ao acesso a escola pela observação da redução do número de jovens de 7 a 13 anos, como também de 14 a 17, que não frequentam a escola, sendo também relevante a observação na queda de jovens de 8 a 14 anos que não completaram a primeira série do ensino fundamental. Assim, os indicadores mostram uma melhoria atribuída parcialmente as políticas de acesso universal e programação continuada desenvolvida nos últimos anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Tabela 2.

Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Variação Relativa
Brasil								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	8,8	8,3	7,3	6,6	6,5	5,5	5,0	-42,8
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	12,0	10,1	8,7	7,7	6,1	4,6	3,6	-69,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	35,8	33,3	29,3	26,5	23,2	20,1	18,3	-48,9
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	79,1	77,0	75,0	73,6	72,7	70,1	68,4	-13,5
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	22,4	21,3	19,1	17,7	16,4	13,8	11,2	-50,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	41,9	40,9	37,1	34,7	33,1	31,0	27,4	-34,5
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	70,2	68,9	66,2	63,0	61,6	57,3	53,4	-23,9
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	83,6	83,0	81,1	79,5	78,0	75,7	73,2	-12,5
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	95,0	94,8	94,1	94,1	93,8	93,2	92,9	-2,2
Branços								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	4,5	4,1	3,7	3,3	3,1	2,7	2,6	-42,4
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	7,6	6,5	5,4	4,8	3,8	2,9	2,4	-68,0
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	31,0	29,2	25,3	22,6	19,0	17,1	15,6	-49,7
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	76,6	75,0	72,9	71,1	70,5	67,7	66,7	-12,9
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	13,1	12,5	11,0	10,8	9,3	8,4	7,2	-45,5
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	29,3	27,8	24,8	23,0	20,8	19,9	17,1	-41,6
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	59,9	58,4	55,0	51,7	49,3	45,3	40,9	-31,7
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	77,2	76,1	73,5	71,6	69,2	66,6	63,1	-18,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	92,0	91,7	90,8	90,6	90,1	89,2	88,8	-3,5
Negros*								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	13,4	12,8	11,3	10,3	10,1	8,6	7,6	-43,3
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola	16,4	13,7	11,8	10,7	8,3	6,2	4,8	-70,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	40,6	37,5	33,4	30,7	27,3	23,3	21,0	-48,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	81,9	79,4	77,6	76,6	75,3	72,9	70,4	-14,0
Pessoas de 8 a 14 anos que ainda não completaram a 1ª série do ensino fundamental	31,6	30,0	27,2	24,7	23,3	19,1	15,2	-52,0
Pessoas de 11 a 17 anos que ainda não completaram a 4ª série do ensino fundamental	54,3	53,8	49,5	46,8	45,2	41,9	37,5	-30,9
Pessoas de 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8ª série do ensino fundamental	81,2	80,0	78,1	75,6	74,5	70,1	66,5	-18,1
Pessoas de 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário	90,9	90,8	89,8	88,6	87,7	86,2	84,4	-7,2
Pessoas de 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior	98,5	98,5	98,1	98,2	98,1	98,0	97,7	-0,7

Ano
Em (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999. **Nota:** *A população negra é composta por pardos e pretos.

Embora os dados apresentem uma melhoria em todos os indicadores e a inexistência de um comportamento homogêneo no desempenho relativo dos jovens que privilegiasse somente uma raça, constatamos que, ainda assim, os jovens negros



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

apresentam, em todos os anos da série e para todos os segmentos, níveis de desempenho inferiores aos jovens brancos, nos níveis de frequência à escola e de analfabetismo, por exemplo, que apresenta os piores índices entre os jovens negros do que entre os jovens brancos. Em 1999, 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos são analfabetos, mas 3% entre os brancos; 5% dos jovens negros de 7 a 13 anos não frequentam a escola e somente 2% dos jovens brancos dessa faixa de idade não o fazem. A questão da escolaridade interfere diretamente e de forma muito forte na participação do mercado de trabalho.

**4.3 INDICADORES DE TAMANHO DO MERCADO E DISTRIBUIÇÃO
SETORIAL DOS POSTOS DE TRABALHO ENTRE BRANCOS E
NEGROS.**

Os indicadores de análise serão sintetizados nesse relatório em duas dimensões: tamanho do mercado de trabalho e distribuição setorial dos postos de trabalho, onde a evolução dos mesmos será explicitada nas tabelas 3 e 4 entre 1992 e 1999 para o Brasil, de um modo geral, e em separado para trabalhadores brancos e negros.

Na tabela 3, em termos de valores absolutos e relativos dos indicadores de tamanho do mercado de trabalho, percebe-se uma tendência ao longo da década que nos indica as diferenças na qualidade de condição de vida dos brancos e negros associados às condições de acesso ao mercado de trabalho. A taxa de participação média da população negra é pouco superior à da população branca em 1999, porém, ao longo do período, há uma redução em ambas as taxas de participação, considerando uma perda relativa na taxa de participação dos negros superando do que essa perda para os brancos. Distribuindo as perdas ao longo do tempo, verifica-se uma redução nas diferenças raciais, que vem a beneficiar os brancos em uma trajetória de relativas convergências dos brancos em direção aos negros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Tabela 3

Mercado de Trabalho: Indicadores de Tamanho e Participação

Ano	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Variação Relativa (%)
<i>Brasil</i>								
População em idade ativa*	113,7	116,1	120,9	123,6	125,1	127,7	130,1	14,4
População economicamente ativa*	70,0	71,0	74,1	73,1	75,2	76,9	79,3	13,3
População ocupada*	65,4	66,6	69,6	68,0	69,3	70,0	71,7	9,6
População desempregada*	4,6	4,4	4,5	5,1	5,9	6,9	7,6	66,9
Taxa de participação								
Total	61,6	61,1	61,3	59,2	60,1	60,2	61,0	-0,9
Homens	76,7	76,0	75,3	73,2	73,9	73,6	73,8	-3,8
Mulheres	47,2	47,1	48,1	46,0	47,2	47,6	49,0	3,6
Taxa de desemprego								
Total	6,5	6,2	6,1	6,9	7,8	9,0	9,6	47,3
Homens	5,6	5,4	5,3	5,7	6,4	7,2	7,9	41,9
Mulheres	8,0	7,4	7,3	8,8	10,0	11,6	12,1	50,3
<i>Branco</i>								
População em idade ativa*	62,3	63,8	66,7	69,2	68,9	69,9	71,1	14,1
População economicamente ativa*	37,9	38,6	40,6	40,7	41,1	41,7	43,1	13,8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

População ocupada*	35,6	36,4	38,3	38,1	38,1	38,2	39,3	10,3
População desempregada*	2,3	2,2	2,3	2,6	3,0	3,6	3,8	67,2
Taxa de participação								
Total	60,8	60,5	60,9	58,8	59,7	59,7	60,6	-0,3
Homens	76,3	75,6	75,0	73,2	73,8	73,4	73,6	-3,6
Mulheres	46,7	46,7	48,1	45,9	47,1	47,3	49,0	4,8
Taxa de desemprego								
Total	6,0	5,6	5,7	6,5	7,3	8,5	8,9	46,9
Homens	5,1	4,8	4,9	5,3	5,9	6,8	7,1	40,9
Mulheres	7,5	6,8	6,7	8,3	9,2	11,0	11,2	49,9
<i>Negros **</i>								
População em idade ativa*	50,8	51,6	53,4	53,6	55,5	56,8	58,1	14,4
População economicamente ativa*	31,7	31,9	33,0	31,9	33,6	34,5	35,7	12,6
População ocupada*	29,4	29,7	30,8	29,5	30,8	31,2	31,9	8,4
População desempregada*	2,3	2,2	2,2	2,4	2,9	3,3	3,8	66,3
Taxa de participação ¹								
Total	62,5	61,9	61,9	59,6	60,6	60,8	61,4	-1,7
Homens	77,2	76,5	75,8	73,3	74,1	73,9	74,0	-4,1
Mulheres	47,9	47,4	48,2	46,0	47,3	47,8	48,9	2,2
Taxa de desemprego ²								
Total	7,2	6,9	6,6	7,5	8,5	9,6	10,6	47,7
Homens	6,2	6,1	5,7	6,3	6,9	7,8	8,8	42,5
Mulheres	8,8	8,3	8,1	9,5	11,0	12,4	13,3	51,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: * Em milhões de pessoas.

**A população negra é composta por pardos e pretos.

1 - A taxa de participação é igual à razão entre a PEA e a PIA.

2 - A taxa de desemprego é igual à razão entre a população desempregada e a PEA.

Na tabela 4, entre 1992 e 1999, fica evidenciado que o grau de informalidade sofre um ligeiro aumento e o grau de assalariamento fica virtualmente estável. A análise desagregada em termos raciais nos mostra que o grau de informalidade entre os trabalhadores negros é maior do que entre os brancos ao longo de toda a série. O grau de assalariamento, por sua vez, é sempre maior entre os brancos. Esses níveis absolutos indicam que existe maior precariedade na distribuição da posição na ocupação entre os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

trabalhadores negros. No entanto, a análise da evolução entre 1992 e 1999 sugere que as tendências desses indicadores são opostas para as populações de cor branca e de cor negra. O grau de informalidade aumenta entre os brancos, apesar de seu menor nível, e diminui entre os negros. O grau de assalariamento, por sua vez, aumenta para os brancos e diminui para os negros. Assim, observamos um comportamento convergente no que se refere ao grau de informalidade, diminuindo a diferença entre brancos e negros a partir do efeito simultâneo de uma piora da posição relativa dos brancos e uma melhora relativa dos negros. Quanto ao grau de assalariamento o comportamento é divergente, observando-se um aumento da diferença por intermédio de uma melhora da posição relativa dos brancos e uma piora da posição relativa dos negros.

Tabela 4.

Mercado de Trabalho: Distribuição Setorial dos Postos de Trabalho

Indicadores	Ano							Variação Relativa (%)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Brasil</i>								
Grau de informalidade	52,95	53,10	53,41	52,77	52,82	52,46	53,35	0,8
Grau de assalariamento	62,63	62,80	62,51	64,01	63,72	63,71	62,85	0,4
Grau de industrialização	12,40	12,37	11,85	11,98	11,84	11,26	11,05	-10,9
Grau de modernidade	14,34	14,33	13,48	13,61	13,38	12,78	12,52	-12,7
<i>Brancos</i>								
Grau de informalidade	46,96	47,42	47,99	48,31	47,75	47,57	48,07	2,4
Grau de assalariamento	65,11	64,95	64,85	65,81	66,19	66,37	65,78	1,0
Grau de industrialização	14,05	14,33	13,70	13,78	13,62	12,90	12,76	-10,1
Grau de modernidade	16,69	16,95	15,86	15,93	15,69	14,92	14,72	-13,4
<i>Negros*</i>								
Grau de informalidade	60,30	60,12	60,16	58,53	59,10	58,46	59,89	-0,7
Grau de assalariamento	59,63	60,25	59,69	61,79	60,75	60,46	59,28	-0,6
Grau de industrialização	10,38	9,97	9,56	9,68	9,67	9,27	8,98	-15,7
Grau de modernidade	11,41	11,09	10,52	10,64	10,52	10,14	9,81	-16,4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

ABN – ABN Amro / Banco Real

BKB – Fundação BankBoston

Mnsnto — Monsanto

RSE – responsabilidade social empresarial

EFIs – empresas fornecedores de integração (empresas pertencentes a negros, indígenas, ou portadores de deficiência)

Fonte: O valor da diversidade racial nas empresas, Aaron Myers.

Dadas às observações feitas na matriz, pode-se observar que a maioria das empresas com uma iniciativa de promoção da diversidade racial está sediada nos Estados Unidos, e que sua maioria têm iniciativas em função de políticas/programas de diversidade na matriz, destacando que duas delas são empresas nacionais. Observam-se também três das iniciativas são únicas e existem somente no Brasil. O compromisso das empresas com a responsabilidade social empresarial (RSE) corresponde às outras três iniciativas. A maioria das iniciativas de diversidade é recém-lançada.

Embora todas as empresas declarem que diversidade ou respeito às pessoas e/ou diferenças é um valor corporativo, se apresenta de forma bastante variada como elas valorizam a diversidade racial.

Em, basicamente, uma ou mais de três áreas é que as empresas geralmente aplicam as iniciativas de diversidade racial com destaque na matriz para os Recursos Humanos, investimento social privado, e/ou na área de compras. Duas empresas na área de compras faz parceria com a ONG integrando e valorizando a diversidade por meio das chamadas EFIs (Empresas Fornecedores da Integração), ao apoiar atividades de interação e compra de bens e serviços de fornecedores, nos quais seus donos são negros ou membros de outras minorias.

Com respeito à área de Investimento Social e Privado, observa que quase a metade tem a política de apoiar financeiramente bolsas de estudo e/ou programas de educação para jovens negros, na maioria dos casos, oferecendo oportunidades de estágio na empresa afiliada, porém beneficiando um grupo relativamente pequeno tanto de estudantes quanto de fornecedores negros, com a pequena vantagem de serem compromissos de longo prazo, nas iniciativas na área de compras e na área de investimento social privado. Mesmo com essas práticas de iniciativas, a maioria dos estudos realizados sobre essa questão aponta que não alteram significativamente a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

realidade da inclusão social dos negros no Mercado de trabalho, sendo muito pequenas ainda em relação ao tamanho do problema social enfrentado, com poucas empresas participantes desse desenvolvimento de inclusão. A expectativa é que outras empresas tomem essas iniciativas como exemplo e passem também a aderir essas iniciativas de diversidade racial, para que assim, ocorre uma diferença significativa nessa realidade.

4.4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS (Sobre Lei de cotas e Egressos da Universidade)

Para uma compreensão melhor sobre a Lei de Cotas como um todo e sobre os Egressos da Universidade, foi desenvolvido dois questionários sobre os assuntos citados, respectivamente, para entender de forma empírica como se aplica e se desenvolve, bem como a formação do cotista pós-graduação.

A tabela 6 apresenta a frequência relativa dos dados da pesquisa sobre a Lei de cotas e sua aplicabilidade. Essa pesquisa foi feita em campo, de forma presencial, e contou com uma amostra aleatória de 10 entrevistados.

Como podem ser observados na tabela, 42% das pessoas entrevistadas ingressaram na Universidade em 2019. Dos entrevistados, 25% têm 22 anos de idade, e a grande maioria, 50 % do total, cursa ciências sociais aplicadas. Observa-se também que o quantitativo de graduandos para ampla concorrência e para cotas é bem próximo, 50% Ampla Concorrência (AC) e 48% Cotas, o que nos permite uma compreensão relativa equitativa entre as partes, que, pode-se então dizer, não deixa a pesquisa tendenciosa ao se tratar das cotas, que é o foco da pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Tabela 6.

Frequência relativa do Questionário sobre a Lei de Cotas e sua aplicabilidade em (%)

Q2 - Ano de ingresso na UFS			Q3 - Idade			Q4 - Área curso		
Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%
			17	2	17			
2014	1	8	18	1	8	ciências exatas	1	8
2015	1	8	20	2	17	ciências humanas	3	25
2016	3	25	21	2	17	ciências biológicas	2	17
2017	1	8	22	3	25	ciências sociais aplicadas	6	50
2018	1	8	23	1	8	ciências agrárias e da terra	0	0
2019	5	42	28	1	8	outras	0	0
Total	12	100	Total	12	100	Total	12	100
Q5 - modalidade de ingresso			Q6 -Alta competitividade no curso?			Q7 -Existe cooperação?		
Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%
AC	6	50	Sim	5	42	Sim	9	75
Cotas	5	42	Não	7	58	Não	3	25
Não sabe	1	8	Não respondeu	0	0	Não respondeu	0	0
Total	12	100	Total	12	100	Total	12	100
Q8 -Possível distinguir cotistas e AC?			Q9 -Segregação forma de ingresso?			Q10 -Desempenho acadêmico difere?		
Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%
Sim	4	33	Sim	0	0	Sim	2	17
Não	8	67	Não	12	100	Não	10	83
Não respondeu	0	0	Não respondeu	0	0	Não respondeu	0	0
Total	12	100	Total	12	100	Total	12	100
Q11 -Motivação difere?			Q12 -Professores conseguem distinguir cotistas e AC?			Q13 -Há tratamento diferenciado pelos professores?		
Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%
Sim	5	42	Sim	0	0	Sim	0	0
Não	6	50	Não	11	92	Não	12	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Não respondeu	1	8	Não respondeu	1	8	Não respondeu	0	0
Total	12	100	Total	12	100	Total	12	100
Q14 -Acha que existe fraude?			Q15 -Conhece métodos contra fraude na UFS?			Q16 -Sua avaliação quanto a política de cotas		
Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%	Respostas:	freq.	%
Sim	9	75	Sim	2	17	Positivo	10	83
Não	1	8	Não	8	67	Negativo	1	8
Não respondeu	2	17	Não respondeu	2	17	Nem positivo nem negativo	1	8
Total	12	100	Total	12	100	Total	12	100

Fonte: COPAC (Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica), 2020 – Universidade Federal de Sergipe.

Com respeito aos egressos, aqui, como base de dados, as análises foram feitas em relação aos egressos dos cursos de Relações Internacionais do Brasil. A pesquisa de Egressos dos Cursos de Relações Internacionais é resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Educação - MEC e a UNESCO com a finalidade de fornecer subsídios para as políticas nacionais de educação Superior.

Na tabela 7 estão explicitados os resultados obtidos do questionário com respeito aos egressos. A variação Relativa dos dados nos permite a compreensão de uma variável populacional em relação ao tamanho da amostra. Esse questionário contou com uma amostra aleatória de 3092 pessoas, que responderam de forma eletrônica, cada uma das perguntas.

O Questionário foi aplicado pela COPAC, e os resultados estão organizados e tabulados para facilitar a leitura dos dados. Entre os egressos participantes, apenas 12,29% são da raça de cor preta, e para cotas PPI (pretos, pardos e indígenas) e escola pública, condicional à renda, observa-se um percentual de 7,86%, e no tipo Cota na modalidade PPI (pretos, pardos e indígenas) e escola pública, independente de renda, foi observado 8,83%. OS dados refletem, de acordo com o tamanho da amostra, que o contingente de população cotista na faculdade é baixo em comparação ao de ampla concorrência em termos relativos, que alcança 68,27% do total, e que é ainda menor, com respeito aos cotistas de baixa renda, o que demonstra o quanto a população negra,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

mesmo com as políticas de reparação histórica ainda se encontram distantes da realidade acadêmica.

Mais da maioria dos egressos, de acordo com a pesquisa, estão trabalhando de forma remunerada (73,19%), no setor de funcionário público e de trabalho com carteira assinada que, se apresentam ambos, em torno de 20% a 25%. A frequência relativa de 68, 27% para ampla concorrência, não deixa uma visão mais nítida da situação cotista, entrando em conflito direto com a situação dos negros no mercado de trabalho apresentado nos dados do arcabouço teórico, que se apresenta sempre em patamares mais baixos que os Brancos.

Com respeito a salários, o rendimento mensal do trabalho principal dos entrevistados (salário mínimo de referência de 2019 = R\$998,00), é, respectivamente, 17,43% e 16,20% para Mais de 1 a 2 salários mínimos e Mais de 3 a 5 salários mínimos, sendo os valores mais altos em termos percentuais. Sendo assim, pode-se dizer que a uma equivalência entre salários mais baixos e salários mais altos, uma variação não muito grande entre os polos sociais.

Tabela 7.

**Questionário: Egressos da Universidade Federal de Sergipe
(Via eletrônico – questionário respondido a partir de Janeiro de 2020)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

1- Em que ano você ingressou no seu último curso de graduação concluído na UFS?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
2010 ou antes	1495	48,35
2011 a 2017	1528	49,42
Anos posteriores	69	2,23
TOTAL	3092	100
2- Este seu último curso de graduação concluído na UFS foi de natureza:	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Presencial	2966	95,92
À distância (EAD)	126	4,08
TOTAL	3092	100
3- Em que ano você se formou no seu último curso de graduação concluído na UFS?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
2013	246	7,96
2014	228	7,37
2015	266	8,60
2016	346	11,19
2017	438	14,17
2018	487	15,75
2019	490	15,85
Anos anteriores	579	18,73
Não me formei	12	0,39
TOTAL	3092	100
4- Qual a sua idade?		
De 18 a 27 anos de idade	1115	36,06
de 28 a 37 anos de idade	1528	49,42
38 anos ou mais	447	14,46
Sem declaração	2	0,06
TOTAL	3092	100
5- Marque uma das opções abaixo (sexo)	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Feminino	1687	54,56
Masculino	1402	45,34
Sem declaração	3	0,10
TOTAL	3092	100
6- Marque uma das opções abaixo (cor/raça)	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Amarela	58	1,88
Branca	895	28,95
Indígena	4	0,13
Parda	1657	53,59
Preta	380	12,29
Sem declaração	98	3,17
TOTAL	3092	100
7- Como você ingressou no seu último curso de graduação concluído na UFS?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Avaliação Seriada (PAAS, PAES, etc.)	169	5,47
Convênio	2	0,06
ENEM/SISU	646	20,89
Portador de diploma	52	1,68
Processo seletivo	4	0,13
Seleção de mestrado	3	0,10
Transferência	102	3,30
Transferência interna	2	0,06
Vestibular	2096	67,79
Outras formas	16	0,52
TOTAL	3092	100
8- Com relação à modalidade de ingresso no seu último curso de graduação concluído na UFS, você ingressou por:	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Ampla concorrência	2111	68,27
Cota na modalidade escola pública condicional à renda	168	5,43
Cota na modalidade escola pública independente de renda	174	5,63
Cota na modalidade PPI (pretos, pardos e indígenas) e escola pública, condicional à renda	243	7,86
Cota na modalidade PPI (pretos, pardos e indígenas) e escola pública, independente de renda	273	8,83
Cota para deficientes	8	0,26
Outra	66	2,13
Portador de Diploma	49	1,58
TOTAL	3092	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

9- O último curso de graduação no qual se formou pela UFS foi:

	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Administração	115	3,72
Administração Pública	12	0,39
Arqueologia	11	0,36
Arquitetura e Urbanismo	34	1,10
Artes Visuais	26	0,84
Biblioteconomia e documentação	28	0,91
Ciência da Computação	57	1,84
Ciências atuárias	11	0,36
Ciências Biológicas	140	4,53
Ciências Contábeis	88	2,85
Ciências da Religião	7	0,23
Ciências Econômicas	54	1,75
Ciências Sociais	19	0,61
Comunicação Social	113	3,65
Dança	12	0,39
Design Gráfico	18	0,58
Direito	102	3,30
Ecologia	14	0,45
Educação do Campo	2	0,06
Educação Física	67	2,17
Enfermagem	93	3,01
Engenharia Agrônoma	43	1,39
Engenharia Ambiental e Sanitária	8	0,26
Engenharia Agrícola	5	0,16
Engenharia Civil	75	2,43
Engenharia Alimentos	14	0,45
Engenharia de computação	12	0,39
Engenharia de Materias	18	0,58
Engenharia de Pesca	19	0,61
Engenharia de Produção	43	1,39
Engenharia de petróleo	14	0,45
Engenharia Elétrica	54	1,75
Engenharia Florestal	31	1,00
Engenharia Mecânica	43	1,39

Engenharia Química	39	1,26
Estatística	17	0,55
Farmácia	77	2,49
filosofia	33	1,07
física	56	1,81
Física Médica	13	0,42
Fisioterapia	56	1,81
Fonoaudiologia	42	1,36
Geografia	111	3,59
Geologia	39	1,26
História	101	3,27
Letras	293	9,48
Licenciatura de 1º Grau em estudos Sociais	1	0,03
Matemática	68	2,20
Matemática Aplicada e Computacional	2	0,06
Medicina	101	3,27
Medicina Veterinária	17	0,55
Museologia	13	0,42
Música	20	0,65
Nutrição	83	2,68
Odontologia	69	2,23
pedagogia	83	2,68
psicologia	52	1,68
Química	64	2,07
Química Industrial	19	0,61
Química Tecnológica	3	0,10
Relações Internacionais	25	0,81
Secretariado Executivo	29	0,94
Serviço Social	59	1,91
Sistema de Informação	54	1,75
Teatro	7	0,23
Terapia Ocupacional	7	0,23
Turismo	25	0,81
Zootecnia	12	0,39
TOTAL	3092	100

10- O Centro no qual você cursou o seu último curso de graduação concluído na UFS foi:	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Campus de Lagarto	98	3,17
Campus de Laranjeiras	84	2,72
Campus do Sertão	19	0,61
Campus Prof. Alberto Carvalho	324	10,48
Centro de Ciências Agrárias Aplicadas	106	3,43
Centro de Ciências Biológicas da Saúde	633	20,47
Centro de Ciências Exatas e tecnologia	632	20,44
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	490	15,85
Centro de Educação e Ciências Humanas	706	22,83
TOTAL	3092	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

11- Você fez ou faz pós-graduação?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Não e não tenho interesse	147	4,75
Não, mas tenho interesse	1127	36,45
Sim, estou cursando	805	26,03
Sim, já cursei	1013	32,76
TOTAL	3092	100

12- Se você faz pós-graduação, você possui algum tipo de bolsa?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	1001	32,37
Sim	401	12,97
Não se aplica	1690	54,66
TOTAL	3092	100

13- A pós graduação é ou foi em programa	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Doutorado	277	8,96
Mestrado Acadêmico	513	16,59
Mestrado Profissional	74	2,39
Pós-graduação latu sensu (especialização, MBA)	825	26,68
Não se aplica	1403	45,38
TOTAL	3092	100

14- Você trabalha (desconsiderar, por ora, atividades relacionadas ao estudo de pós-graduação)?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Não trabalho e estou à procura de trabalho	457	14,78
Não trabalho e estou estudandp para concurso	216	6,99
Não trabalho e não estou a procura de trabalho	139	4,50
Sim, tenho trabalho não remunerado	17	0,55
Sim, tenho trabalho remunerado	2263	73,19
TOTAL	3092	100

15- O seu trabalho principal se dá na sua área de formação (considerar seu último curso de graduação concluído na UFS)?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	1731	55,98
Não	753	24,35
Não se aplica	608	19,66
TOTAL	3092	100

16- Quanto tempo você demorou para conseguir se inserir no mercado de trabalho depois da sua graduação (considerar seu último curso de graduação concluído na UFS)?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 3 meses	594	19,21
Até 6 meses	247	7,99
Até 1 ano	206	6,66
Até 1 ano e meio	77	2,49
Ate 2 anos	126	4,08
Até 3 anos	94	3,04
4 anos ou mais	111	3,59
Já trabalhava durante a graduação	863	27,91
Não se aplica	774	25,03
TOTAL	3092	100

17- Qual o tipo de vínculo que você tem no seu trabalho principal?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Sou funcionário público	887	28,69
Trabalho com carteira assinada	816	26,39
Trabalho com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal	242	7,83
Trabalho por conta própria	205	6,63
Trabalho sem carteira assinada	158	5,11
Sou empregador	31	1,00
Outro	91	2,94
Não se aplica	662	21,41
TOTAL	3092	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

18- Qual a faixa de rendimento mensal no seu trabalho principal (salário mínimo de referência de 2019 = R\$998,00)?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)	21- Até que série seu pai, ou o homem responsável por você, estudou?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 1 salário mínimo	297	9,61	Completo a 4. ^a série/5. ^o ano, mas não completou a 8. ^a série/9. ^o ano	432	13,97
Mais de 1 a 2 salários mínimos	539	17,43	Completo a 8. ^a série/9. ^o ano, mas não completou o Ensino Médio	283	9,15
Mais de 2 a 3 salários mínimos	444	14,36	Completo a Faculdade	377	12,19
Mais de 3 a 5 salários mínimos	501	16,20	Completo o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade	894	28,91
Mais de 5 a 10 salários mínimos	419	13,55	Completo pós-graduação	226	7,31
Mais de 10 a 20 salários mínimos	161	5,21	Não completou a 4. ^a série/5. ^o ano	607	19,63
Mais de 20 a 30 salários mínimos	28	0,91	Nunca estudou	153	4,95
Mais de 30 salários mínimos	13	0,42	Não sei	86	2,78
Não tenho renda	152	4,92	Não se aplica	34	1,10
Não se aplica	538	17,40	TOTAL	3092	100
TOTAL	3092	100	22- Qual a faixa de renda mensal total do seu grupo familiar (salário mínimo de referência de 2019 = R\$998,00)?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
19- Qual a jornada habitual de trabalho semanal no seu trabalho principal?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)	Até 1 salário mínimo	205	6,63
Mais de 15 e até 20 h	199	6,44	Mais de 1 a 2 salários mínimos	461	14,91
Mais de 20 e até 25 h	172	5,56	Mais de 2 a 3 salários mínimos	460	14,88
Mais de 25 e até 30 h	313	10,12	Mais de 3 a 5 salários mínimos	594	19,21
Mais de 30 e até 40 h	1003	32,44	Mais de 5 a 10 salários mínimos	661	21,38
Mais de 40 e até 44 h	563	18,21	Mais de 10 a 20 salários mínimos	353	11,42
Mais de 44 h	270	8,73	Não se aplica	10	0,32
Menos de 15 h	572	18,50	TOTAL	3092	100
TOTAL	3092	100	23- Número de pessoas, incluindo você, que vivem da renda mensal total do seu grupo familiar:	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
20- Até que série sua mãe, ou a mulher responsável por você, estudou?	frequência absoluta	Frequência Relativa (%)	uma	356	11,51
Completo a 4. ^a série/5. ^o ano, mas não completou a 8. ^a série/9. ^o ano	425	13,75	duas	721	23,32
Completo a 8. ^a série/9. ^o ano, mas não completou o Ensino Médio	267	8,64	três	811	26,23
Completo a Faculdade	458	14,81	quatro	723	23,38
Completo o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade	894	28,91	cinco	312	10,09
Completo pós-graduação	396	12,81	seis	101	3,27
Não completou a 4. ^a série/5. ^o ano	510	16,49	sete	41	1,33
Nunca estudou	113	3,65	oito	14	0,45
Não sei	19	0,61	nove ou mais	13	0,42
Não se aplica	10	0,32	TOTAL	3092	100
TOTAL	3092	100			



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Fonte: COPAC (Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica), 2020 – Universidade Federal de Sergipe.

5. CONCLUSÕES

Nas análises até aqui realizadas, juntamente com o arcabouço histórico conjuntural, buscou-se identificar o desempenho dos egressos cotistas no mercado de trabalho, relação entre a participação de brancos e negros, de modo a situar na história e explicar a precariedade em que até hoje se encontram os negros no quesito setor e jornada de trabalho. O objetivo foi verificar a situação de vida e as condições para se obter o bem-estar, dos egressos cotistas, de acordo com o desenvolvimento pós graduação, com isso também, levar questionamentos sobre a aplicabilidade das Leis de reparação social, em termos de sua eficiência e inclusão social. No conjunto de bases teóricas, fica visível que a precarização do trabalho tem suas raízes na escravidão e na chamada “Democracia Racial” que mascarou uma falsa ideia de liberdade para os novos negros “livres”, subjugando os mesmos aos trabalhos de subsistência, e servil, e marginalizando-o, como um todo, na área do mercado de trabalho.

Concluimos até então, que por essas razões históricas, fica difícil o acesso a educação e consequentemente aos melhores postos de trabalho, que, quando se há a capacidade educacional, em nível de estudo, ainda assim, para os egressos cotistas, se faz difícil sua inclusão no mercado, marcado pelos forte preconceitos e racismo.

Porém, com respeito ao questionário aplicado aos egressos da Universidade Federal de Sergipe, os resultados sugerem uma boa situação para os mesmos, bem como remuneração, jornada de trabalho e estudo. A pesquisa, realizada, contou com aproximadamente 70% de egressos de Ampla concorrência, e apenas aproximadamente 17% para a modalidade de cotas Raciais PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), o que revela uma defasagem na participação dos egressos cotistas. Para o foco da pesquisa, que é retratar a situação dos egressos cotistas, essa situação de uma baixa participação dos mesmos, deixa os resultados e a análise um distante do esperado,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

6. PERSPECTIVAS DE TRABALHOS FUTUROS

Com relação aos trabalhos futuros, esse tema não se esgota, ainda mais que, em razão da baixa participação de egressos cotistas no questionário aplicado via eletrônico, surge a necessidade de desenvolver outras atividades para que os resultados cheguem o mais perto possível da realidade e do foco da pesquisa. Diante disso, o próximo passo é desenvolver outra pesquisa com maior participação, ou participação equivalente a Ampla Concorrência, dos egressos cotistas, e avaliar as correlações de cada questão apresentada no questionário dos egressos e tentar chegar o mais perto possível da realidade do cotista, focando nas questões relacionada ao tempo que levou para esse egresso concluir a graduação, para ingressar no mercado de trabalho, se conseguiu um trabalho na sua área de formação, jornada de trabalho, remuneração adequada, renda, qualidade de vida e bem estar, se fez outra graduação ou especialização e com qual intuito, se concilia jornada de trabalho e estudo e, se tentou pós-graduação (mestrado e doutorado). Outro questionamento quanto aos egressos é se houve necessidade de ir para outra localidade para exercer sua profissão. Enfim, diversas questões para que se possa ter uma compreensão melhor sobre as políticas públicas de reparação histórica e melhoria da própria aplicação da política pública para cotistas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. p. 21-47.

CARNEIRO, Sueli. "Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial". *Reflexão*, Ano 3, nº 8, setembro, 2002

COPAC (Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica), Universidade Federal de Sergipe.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

HASENBALG, C. Os Números da Cor. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. 2002, vol.18,

LIMA, M. O quadro atual das desigualdades. In: Cor e Estratificação Social (C. Hasenbalg, N. V. Silva & M. Lima, org.), pp. 231-240, Rio de Janeiro, 1999.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. Boletim do Mercado de Trabalho, n. 26, fev. 2005. Disponível em: Acesso em: 02 jul. 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. p. 91-126.

8. OUTRAS ATIVIDADES

Participação do encontro de iniciação científica da UFS (29º EIC), apresentando a pesquisa sobre A LEI DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

